

RELATÓRIO SOBRE ATUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO DO PROGRAMA ARPA



UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA – UCP/MMA
FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE – FUNBIO

Novembro 2016



ÍNDICE

1	Introdução	6
2	O Programa ARPA.....	7
3	Condições de desembolsos	9
3.1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	9
3.2	Inexistência de perda líquida de UC.....	10
3.3	Relatórios financeiros por UC.....	11
3.4	Apresentação dos Planos de Consolidação	12
3.5	Requerimento por parte do MMA de recursos adicionais para complementar o FT	13
3.6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	13
3.7	Implementação do monitoramento da biodiversidade	13
3.8	Criação de novas UC (conforme planejamento).....	15
3.9	Aumento dos recursos financeiros não-salariais	17
3.10	Performance de consolidação	21
3.11	Número de funcionários	22
4	Quadro Resumido das Condições de Desembolso	25
5	ANEXOS.....	28
5.1	Fórmula para Aplicação das Condições de Desembolso	28
5.2	Dados sobre desmatamento entre 2002 e 2015 nas UCs apoiadas pelo Programa ARPA.....	30
5.3	Contrapartida Governamental	31
5.4	UCs consolidadas até 2016.....	32
5.5	UCs com defasagem de equipe técnica segundo evidência objetiva – FAUC.....	32
5.5.1	Fase II.....	32

5.5.2 Fase III 35

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFT – Comitê do Fundo de Transição

CP - Comitê do Programa

FAUC - Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação

FLONA – Floresta Nacional

FT – Fundo de Transição

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF – Global Environment Fund (Fundo Mundial para o Meio Ambiente)

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

KfW - Banco de Desenvolvimento da Alemanha

MOP – Manual Operacional do Programa ARPA

MR – Marco Referencial

OG – Órgão Gestor

PAD – Project Appraisal Document

PARNA – Parque Nacional

PE – Parque Estadual

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

REBIO – Reserva Biológica

SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas

UCP/MMA - Unidade de Coordenação do Programa ARPA/Ministério do Meio Ambiente

UC – Unidade de Conservação

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do desmatamento em UCs apoiadas pelo Programa ARPA entre 2002 e 2015. PI = Proteção Integral; US = Uso sustentável	15
Figura 2 - Aporte não salarial dos OG por área menor que 1 R\$/ha no período de 2011 a 2015	18
Figura 3 - Aporte não salarial dos OG por área maior que 1 R\$/ha no período de 2011 a 2015	19
Figura 4 - Previsão de quantidade de UCs consolidadas por período ...	21
Figura 5 - Quantidade de UCs consolidadas por OG	22
Figura 6 - Evolução anual das equipes por Quantidade de UCs Grau I	23
Figura 7 - Evolução anual das equipes por Quantidade de UCs Grau II	23

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - condições de desembolso, nível de responsabilidade e peso na fórmula	7
Tabela 2 - Evolução da área apoiada pelo Programa ARPA e ganho líquido. Fonte: MMA (Dez/2013); Dados SNUC (Ago/2016)	10
Tabela 3 - UCs ingressantes no Programa ARPA em 2015	11
Tabela 4 - Número de UCs do ARPA participantes nas diferentes etapas do Monitoramento.	14
Tabela 5 - Unidades de Conservação criadas com o apoio do ARPA a partir de 2014	16
Tabela 6 - Propostas de Criação de UCs Estaduais.....	17
Tabela 7 - Custos por OG de 2015, previstos em 2016 e relação 2015/2016 para as 35 UCs Fase III.....	20
Tabela 8 - Custos por OG entre 2014 e 2015, previstos em 2039 (sem inflação) e relação 2015/2039 para todas as UCs do Programa	20
Tabela 10 - Nº de UCs que cumpriram o planejamento do MR Equipe Técnica – somente OG que contém dados	24

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo principal atualizar o Comitê do Programa (CP) e o Comitê do Fundo de Transição (CFT) acerca do *status* da implementação das 11 Condições de Desembolso definidas no âmbito da Fase III do Programa ARPA.

Um dos subprodutos deste Relatório é a apresentação de um quadro resumido com breve descrição de cada Condição de Desembolso, resultados obtidos no período e *status* de cumprimento.

As Condições de Desembolso são um conjunto de indicadores que servem de parâmetro para subsidiar o CFT na definição do volume de recursos a ser desembolsado para as UCs apoiadas pelo Programa ARPA, em prazos bianuais. Por meio das Condições de Desembolso é possível realizar medições da evolução de certas condições consideradas essenciais para o atendimento do Objetivo ARPA e Objetivo FT.

Foram estabelecidas 11 (onze) Condições de Desembolso, cada uma dessas condições possui seu conjunto de métricas para apuração dos indicadores e tem um peso diferente na avaliação, ou seja, existem Condições que irão afetar mais que outras o volume de recursos a ser desembolsado. Além disso, algumas Condições de Desembolso avaliam a execução do Programa ARPA como um todo, enquanto outras avaliam a execução do Programa ARPA especificamente por cada Órgão Gestor.

Foi desenvolvida uma fórmula (Anexo – Item 5.1), considerando o nível de cumprimento das Condições de Desembolso, para prover o CFT com uma base de cálculo para a determinação do montante de recursos a ser desembolsado do Fundo de Transição (FT) para o Programa ARPA.

As Condições de Desembolso e peso na fórmula são apresentadas na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - condições de desembolso, nível de responsabilidade e peso na fórmula

Nº	Condição de Desembolso	Nível	Peso na Fórmula
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	ARPA	Pré-condição
2	Inexistência de perda líquida de UC	ARPA	Pré-condição
3	Relatórios financeiros por UC	Órgão Gestor	Pré-condição
4	Apresentação dos planos de consolidação	Órgão Gestor	Pré-condição
5	Requerimento por parte do MMA de recursos adicionais para complementar o FT	ARPA	Pré-condição
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	ARPA	5%
7	Implementação do monitoramento da biodiversidade	Órgão Gestor	5%
8	Criação de novas UC (conforme planejamento)	ARPA	15%
9	Aumento dos recursos financeiros não-salariais	Órgão Gestor	25%
10	Performance de consolidação	Órgão Gestor	25%
11	Número de funcionários	Órgão Gestor	25%

A elaboração do documento foi realizada utilizando-se dados fornecidos pela Unidade de Coordenação do Programa ARPA (UCP/MMA). Os dados sobre equipe técnica foram levantados junto aos Órgãos Gestores (OG).

2 O PROGRAMA ARPA

O Programa ARPA tem por objetivo consolidar, no mínimo, 60 milhões de hectares de UCs no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

Além de assegurar a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade da Amazônia, o Programa ARPA também tem como meta a manutenção de serviços ecossistêmicos na região, inclusive aqueles relacionados com a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Efetivamente, esses resultados são alcançados pela combinação da adoção de metas claras para elementos específicos da gestão de UC (proteção, planos de manejo, conselhos e etc.), que se traduzem em uma gestão efetiva *vis-à-vis* a conservação da biodiversidade, atrelada a uma fonte segura de financiamento, garantindo o apoio à expansão e consolidação do SNUC na Amazônia e a integração das UCs com as populações beneficiárias e residentes em seu entorno.

O Programa foi desenhado para ser executado em 3 fases interdependentes e contínuas em um horizonte de 16 anos, com o desafio de apoiar a proteção destes 60 milhões de hectares de florestas na Amazônia por meio do suporte à consolidação de unidades de conservação já existentes e à criação e consolidação de novas unidades.

A Primeira Fase do ARPA recebeu US\$ 115 milhões e duração de sete anos (2003 a 2010). Todas as metas estabelecidas foram alcançadas e algumas até superadas. Seus principais desafios foram:

- Contribuir para o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC);
- Identificar as áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação;
- Constituir um fundo fiduciário para o financiamento das atividades de administração e proteção das unidades de conservação;
- Desenvolver estudos para identificação de mecanismos inovadores de geração de renda e elaboração de estratégia de ação.

A Fase II do ARPA, recebeu R\$ 20 milhões do Fundo Amazônia, por meio do BNDES, € 20 milhões do KFW e US\$ 15,9 milhões do GEF, por meio do Banco Mundial. Sua duração foi prevista, inicialmente, para o período de 2010 a 2015, mas será estendida até 2017, assumindo grande relevância para o sucesso do Programa no longo prazo, considerando-se dois aspectos principais:

- Consolidar os expressivos resultados alcançados na Primeira Fase;
- Contribuir de forma contínua com a manutenção das áreas protegidas, criadas e consolidadas, mediante a captação de recursos, a capitalização de um fundo fiduciário e a implementação de instrumentos de geração de receita.

As metas da Fase II foram mais ambiciosas, que os estabelecidos na Fase I, a saber:

- Apoiar a criação de 13,5 milhões de hectares de novas UC de proteção integral e uso sustentável;

- Consolidar 32 milhões de hectares de UC apoiadas na Primeira Fase, sendo 23 milhões de hectares em grau I e nove milhões de hectares em grau II e incluindo 6,5 milhões de hectares de UC ainda não apoiadas pelo Programa;
- Capitalizar o Fundo de Áreas Protegidas (FAP) em US\$ 70 milhões.

A Fase III do Programa, prevista, inicialmente, para o período de 2015 a 2018, teve sua estratégia alterada em função do detalhamento das projeções de custos, que apontou para indisponibilidade de recursos para a consolidação plena e manutenção de todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA.

Conseqüentemente, o Programa ARPA adota nesta fase III, uma nova estratégia financeira, criando o Fundo de Transição, que consiste em um novo mecanismo de financiamento que permite o aumento gradativo do aporte de recursos públicos para a gestão e manejo das UCs no prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Nos primeiros anos dessa nova estratégia, as UCs consolidadas, seja em Grau I e II, passam a receber apoio do Fundo de Transição (FT), que incorpora os recursos do extinto Fundo de Áreas Protegidas (FAP). Dessa forma, os compromissos originalmente estabelecidos para a Fase II serão cumpridos e o número de UCs apoiadas pelo Fundo de Transição crescerá gradualmente.

A Fase III foi então instituída pela Portaria Nº 187 de 22 de maio de 2014. Além disso, merece destaque o Decreto nº 8.505 que reforça os objetivos do Programa ARPA, descrevendo sua duração ao longo dos próximos 25 anos e reformula a estrutura do Comitê do Programa.

3 CONDIÇÕES DE DESEMBOLSOS

A seguir são apresentadas, de forma detalhada, cada uma das 11 condições de desembolso, bem como o cumprimento de cada uma.

3.1 MOP DO ARPA ALINHADO COM O OBJETIVO DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Esta condição de desembolso está relacionada à determinação do CFT se eventuais alterações no MOP, notadamente no módulo 1, respeitam o Objetivo ARPA e o objetivo do FT conforme definido em novembro de 2013, ou se de qualquer forma tem o potencial de enfraquecer o Programa ARPA.

Não foram realizadas novas alterações no Manual Operacional do Programa ARPA (MOP), desde o último desembolso, em 2015. As últimas atualizações foram realizadas em outubro de 2015, conforme apresentado no Relatório B (Relatório Compreensivo de Progresso do Programa ARPA¹) e respeitam o objetivo do ARPA e o objetivo do FT.

3.2 INEXISTÊNCIA DE PERDA LÍQUIDA DE UC

A condição de desembolso número 2 visa evitar a perda líquida, em relação:

- 1) à cobertura de área total protegida em hectares;
- 2) à qualidade ambiental das UCs, ou
- 3) à representatividade social e ecológica, tomando por base os dados de dezembro de 2013 e a criação de novas Unidades de Conservação (Condição de Desembolso 8).

Em 2015, houve ganho líquido de aproximadamente 7 milhões de hectares totalizando 59.189.205 ha de áreas protegidas no Programa ARPA (Tabela 2).

Tabela 2 - Evolução da área apoiada pelo Programa ARPA e ganho líquido. Fonte: MMA (Dez/2013); Dados SNUC (Ago/2016)²

	Dezembro 2013		Agosto 2016		Ganho líquido 2013 - 2016	
	Área (ha)	Nº de UCs	Área (ha)	Nº de UCs	Área (ha)	Nº de UC
PI	31.144.979	46	35.621.392	54	4.476.413	8
US	20.872.901	49	23.578.129	60	2.705.228	11
Total	52.017.880	95	59.199.521	95	7.181.641	19

Em 2014, a RESEX Médio Juruá foi ampliada de 251.577,13 ha para 286.932,94 ha (ganho de 35.355,81 ha), em março de 2014 foi criada a RDS Puranga Conquista com 86.233 ha, cuja gestão é integrada com o PE Rio Negro Setor Sul, resultando em saldo positivo de 6.376 ha. Em outubro de 2014 foi criada ESEC Alto Maués, com 665.666 ha, e em 2015 aderiram ao ARPA 18

¹http://programaarpa.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Relatorio-B_revisadodez2015.pdf

² http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Agosto%20-%20Biomass%201.pdf

novas UCs (Tabela 3). Desta forma, o programa atingiu 98% da meta de 60 milhões de hectares.

Tabela 3 - UCs ingressantes no Programa ARPA em 2015

ID	Unidade de Conservação	Tamanho (ha)
56	ESEC Jutai Solimões	289.514
136	PARNA Amazônia	1.066.208
194	REBIO Do Abufari	223.866
216	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	342.192
223	RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	2.783
228	RESEX São João da Ponta/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande Curuça e RESEX Marinha Mocapajuba	3.409
243	RESEX Mãe Grande Curuça/Gestão integrada com RESEX Marinha Mocapajuba e RESEX São João da Ponta	36.828
259	RESEX Tapajós-Arapiuns	674.444
1633	PARNA Mapinguari	1.776.919
3131	ESEC Alto Maués	665.666
3132	RESEX Marinha Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande Curuça e RESEX São João da Ponta	21.027
3133	RESEX Marinha Mestre Lucindo/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana	26.465
3134	RESEX Marinha Cuinarana/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo	11.036
764	ESEC Samuel	65.097
772	RESEX do Rio Pacaas Novos	346.245
774	PE Serra dos Reis	36.438
986	RDS Mamirauá	1.319.940
1735	RDS Matupiri/Gestão integrada com PE Matupiri	177.015,00
Total		7.085.092

3.3 RELATÓRIOS FINANCEIROS POR UC

A condição de desembolso número 3 trata do envio, por parte dos OG, de relatório anual com todas as fontes de recursos utilizados em cada UC, a partir de 2016. Nesse sentido, os dados referentes à contrapartida governamental nas UCs apoiadas pelo Programa são anualmente apresentados pelos OG de forma resumida, conforme apresentado no item 0 anexo. Destaca-se que todos os OGs enviaram dados sobre contrapartida para o ano de 2015.

Os órgãos gestores demonstraram dificuldades em apresentar estes dados por Marco Referencial e com outros detalhamentos. Nesse sentido, já foi contratado consultor que irá, em breve, auxiliar os órgãos gestores no diagnóstico, avaliação e recomendações sobre os sistemas financeiros dos OGs,

dentro da dinâmica de relatoria financeira, incluindo auxílio no mapeamento de fontes alternativas de recursos para as UCs.

3.4 APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE CONSOLIDAÇÃO

Nesta condição de desembolso, cada OG desenvolve e segue um plano de consolidação plurianual até 2020, incluindo metas por UC.

Todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA possuem um Plano de Consolidação elaborado pelos seus OG, com a finalidade de alcançar a consolidação, de acordo com os Marcos referenciais, no máximo, até dezembro de 2019.

O ICMBio apresentou o Plano de Consolidação para as UCs Federais como condição de entrada para a Fase III em janeiro de 2014, enquanto que os OG Estaduais apresentaram seus planos a partir de junho de 2015.

Para a atualização da Planilha do Plano de Consolidação das UCs, foram inseridos os dados restantes sobre equipe técnica das UCs que não haviam enviado tais dados desde sua última atualização. Além disso, foi acrescentado como requisito de consolidação o marco de Monitoramento de Indicadores Socioambientais e, desta forma, a previsão de consolidação de cada UC foi alterada de acordo com a atualização desses dados.

A partir dos Planos de Consolidação vem sendo feito o monitoramento anual da evolução de todas as UCs em relação a trajetória planejada para alcance da consolidação, por meio da aplicação da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC). Além disso, cabe destacar que os Planejamentos Estratégicos Plurianuais (PEP) elaborados estão em conformidade com os Planos de Consolidação.

É importante ressaltar, no entanto, que deverá ser necessária a revisão do Plano de Consolidação da RESEX Maracanã, como elucidado no Relatório de Implementação e Progresso Financeiro do Programa ARPA³, uma vez que o remanejamento para sua gestão integrada com outras UCs ocorreu após a elaboração do Planejamento Estratégico Plurianual (PEP) 2016-2017, o que impactou nas metas previstas anteriormente. Além disso, restam ao ICMBio e

³<http://programaarpa.gov.br/wp-content/uploads/2016/11/Relatorio-A-2016-v3-atualizado-24-11.pdf>

RO (apenas para a RESEX do Rio Pacaás Novos) o envio de dados sobre Plano de Consolidação do MR de Equipe Técnica. Tais dados já foram solicitados em ofícios nº 143 e 144 para o ICMBio, em 21 de outubro de 2016, e aguarda resposta dos OG.

3.5 REQUERIMENTO POR PARTE DO MMA DE RECURSOS ADICIONAIS PARA COMPLEMENTAR O FT

Nesta condição, o CFT determina se o Governo Federal da República Federativa do Brasil requereu doações para o FT do Governo da Alemanha e do GEF, e desempenhou seus melhores esforços para garantir a captação desses recursos em prazos razoáveis.

Em agosto de 2015, foi assinado e publicado contrato referente a doação do KfW (Banco de Desenvolvimento da Alemanha) para o FT, no valor de € 31,0 milhões. Além disso, o MMA e o FUNBIO devem apresentar nova proposta de projeto de R\$ 80 milhões ao BNDES para viabilizar a doação do Fundo Amazônia ao FT. Por último, está em andamento a elaboração do PAD, previsto para conclusão em dezembro de 2016, para doação de US\$ 30 milhões do GEF.

3.6 AUMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ICMBio

Para essa condição de desembolso, o ICMBio deve receber e executar efetivamente, em 2014, um orçamento de R\$ 17,6 milhões para despesas não-salariais do ARPA.

Esta condição de desembolso foi cumprida, uma vez que o ICMBio executou, em 2014, nas Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA, R\$ 17.667.674,34 referente à contrapartida orçamentária com despesas não salariais. Para mais detalhes sobre a evolução da execução orçamentária não salarial do ICMBio, consultar condição de desembolso número 9 (item 3.9).

3.7 IMPLEMENTAÇÃO DO MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Segundo dados do relatório do ICMBIO sobre o Programa Nacional de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade (link?), representantes de 50 UCs do ARPA já foram capacitadas no protocolo básico de monitoramento de ambientes florestais, sendo 38 unidades de conservação federais e 12 estaduais.

Com relação às UCs Estaduais, o plano final para estabelecimento de monitoramento de todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA foram apresentados em 2015, cumprindo a meta. Além disso, das 39 UCs Estaduais⁴, 24 (61,5%) já possuem alguma previsão de implementação do protocolo mínimo de monitoramento da biodiversidade, que ocorrerá entre 2017 e 2019, conforme cada Plano de Consolidação.

Quanto às UCs Federais, havia 12 UCs com implementação de monitoramento da biodiversidade em 2014, ultrapassando a meta, que era de 5 UCs. Ademais, dentre as Federais que tiveram representantes capacitados no protocolo básico, 29 unidades já iniciaram o processo de implantação do Programa de monitoramento florestal, nas seguintes gradações (Tabela 4):

- (17%) são consideradas em fase de adesão ao Programa: ponto focal capacitado, primeiros contatos com as comunidades locais, identificação de parceiros, obtenção do *grid* de coordenadas geográficas do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), definição das áreas de referência e da estratégia de implantação local;
- 9 (31%) são consideradas em fase de implantação: áreas elegíveis definidas, insumos para implantação das estações amostrais obtidos, unidades amostrais sorteadas, curso de capacitação dos monitores locais realizado ou sendo organizado e/ou já iniciaram a implantação de pelo menos uma unidade amostral;
- 15 (52%) são consideradas em fase de operação: coleta de dados em pelo menos uma unidade amostral realizada.

Tabela 4 - Número de UCs do ARPA participantes nas diferentes etapas do Monitoramento.

Atividades	Federal	Estadual	Total
Capacitação	38	12	50
Adesão	5	6	11
Implantação	9	5	14
Operação	15	1	16
		Total	95

A área desmatada vem diminuindo ao longo dos anos nas UCs apoiadas pelo Programa, como mostrado no gráfico da Figura 1. No entanto, para o ano

⁴ Considerando gestão integrada de UCs

de 2015, houve aumento de 88% na área desmatada em UCs comparado ao ano anterior, totalizando 114,622 km² (para mais detalhes, ver tabela no Anexo – Item 5.2).

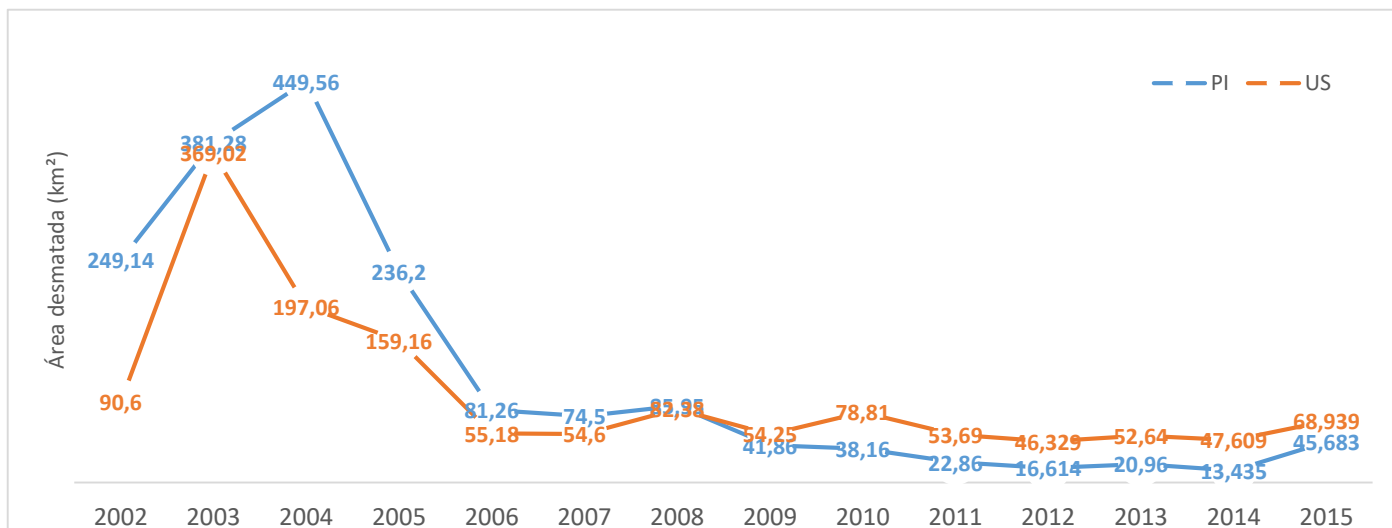


Figura 1 - Evolução do desmatamento em UCs apoiadas pelo Programa ARPA entre 2002 e 2015. PI = Proteção Integral; US = Uso sustentável

Comparando esses dados às informações de desmatamento de toda Amazônia Legal, verifica-se que há um aumento de 24% na área desmatada, confirmando a tendência de aumento para o ano. Apesar do patamar de desmatamento continuar baixo em comparação aos períodos iniciais da década de 2000, é preciso verificar quais os motivos do aumento do desmatamento e alinhar as estratégias de proteção das UCs com o objetivo de frear esse aumento.

3.8 CRIAÇÃO DE NOVAS UC (CONFORME PLANEJAMENTO)

A condição de desembolso nº 8 prevê a criação de 1 milhão de hectares de novas UCs em 2014, de 2 milhões de hectares em 2015, e de 3 milhões de hectares em 2016, totalizando 6 milhões de hectares de novas UCs criadas com apoio do ARPA até o fim de 2016 com recursos da Fase III.

Atualmente 8 UCs, abrangendo 3.485.534 ha de áreas protegidas, foram criadas com o apoio do ARPA ao longo da Fase II. No entanto, de acordo com o MOP, apenas Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis são consideradas para os resultados do Programa. Desse modo, apesar de sua criação ter sido apoiada pelo Programa, 3 dessas UCs não são contabilizadas para as metas do

Programa (Tabela 5). Desta forma, houve alcance de 34% (2.045.218 ha) da meta de criação até o momento.

Tabela 5 - Unidades de Conservação criadas com o apoio do ARPA a partir de 2014

Ano de criação	Unidade de Conservação	Área (ha)	Meta
2014	ESEC Alto Maués	668.160	Sim
2014	RDS Puranga Conquista	86.233	Sim
2014	RESEX Médio Juruá (ampliação)	35.355	Sim
2016	APA dos Campos de Manicoré	151.993	Não
2016	FLONA de Urupadi	537.228	Não
2016	FLONA do Aripuanã	751.095	Não
2016	PARNA do Acari	896.407	Sim
2016	REBIO do Manicoré	359.063	Sim
Total		3.485.534	
Total contabilizado para a meta		2.045.218	

Além disso, 7 propostas de criação de UCs, atualmente financiadas no âmbito da Fase II, estão em diferentes fases de implementação de seus Marcos Referenciais (MR) e poderão adicionar 1.231.044 ha à área de UCs criadas, o que fará com que o indicador avance a 68,14% da meta, valor esse que não cumpre com a meta estabelecida até 2016.

É importante ressaltar que o Programa já financiou o processo de criação de 11.665.857 ha com apoio de recursos da Fase II. Porém, alguns desses processos não deram continuidade uma vez que há fatores no processo de criação que fogem ao controle do Programa, reduzindo sua eficácia. É preciso ressaltar que a UCP tem envidado todos os esforços disponíveis para cumprimento da meta, entretanto, o Programa não pode e nem tem competência para criar UCs, apenas disponibilizando recursos (financeiros, materiais, oficinas etc.) que facilitam sua criação. Um desses esforços está relacionado ao Ofício nº 08 de 2016 da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA), cujo conteúdo chamou os OG para a apresentação de eventuais propostas de criação de UCs Estaduais. Até o momento de finalização desse relatório, foram enviadas propostas dos OG do AC, AM, RO e RR, sendo este Estado importante, no que concerne a representatividade espacial do território amazônico, por ainda não conter UCs apoiadas pelo Programa. Na Tabela 6, a seguir, é possível verificar as UCs sugeridas pelos respectivos OG e a área representada por elas:

Tabela 6 - Propostas de Criação de UCs Estaduais

OG	UC	Categoria	Tipo	Finalidade	Área (ha)	
AC	FES Afluente	Floresta	US	Criação	155.126,00	
AM	REBIO Pauini	Reserva Biológica	PI	Criação	554.716,00	
AM	RDS Piranha	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	Criação	137.787,65	
AM	RESEX Mamiá	Reserva Extrativista	US	Criação	299.173,98	
RO	PE Serra Grande	Parque	PI	Criação	23.185,27	
RO	RDS Limoeiro	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	Criação	18.923,87	
RO	PE Ilha das Flores	Parque	PI	Criação	89.627,64	
RO	RDS de Surpresa	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	Criação	36.366,11	
RO	RESEX do Rio Machado	Reserva Extrativista	US	Criação	7.832,08	
RR	PE das Nascentes	Parque	PI	Criação	484.234,81	
RR	PE Catrimani	Parque	PI	Criação	475.664,28	
RR	RDS Xeruini	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	Criação	360.520,14	
					US	1.015.729,82
					PI	1.627.428,00
					Total Geral	2.643.157,83

Por fim, como já foi citado, algumas UCs criadas são de categorias não elegíveis para o Programa e que totalizam 1.440.316 ha. Esse valor, somando às UCs elegíveis criadas e às UCs que estão por serem criadas resultam numa área total de 5.528.719 ha, o que equivaleria a 92,14% da meta. Considerando que o propósito do Programa é a criação de novas UCs no Bioma Amazônia, tal contabilização não representa um desvio de propósito, já que os efeitos indiretos do Programa são benéficos tão quanto os diretos, resultando na efetiva proteção do Bioma.

3.9 AUMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS NÃO-SALARIAIS

Segundo MOP, nesta Condição de Desembolso é necessário que se defina um montante de financiamento mínimo, de acordo com a média dos últimos dois anos, para cada Órgão Gestor, seguindo uma trajetória de crescimento que chega a 100% do financiamento público das atividades do Programa, isso até o final da vigência do FT em 2039.

Nesse sentido, cabe destacar que essa condição de desembolso deverá ser mensurada a partir dos dados de contrapartida governamental de 2016, de modo a não penalizar os Órgãos Gestores pelo compromisso assumido - a partir

de novembro de 2014 com o início da execução da Fase III - posteriormente à destinação dos recursos públicos às UCs, em 2014.

No entanto, é oportuno destacar a contrapartida governamental sem despesas salariais de maneira que seja possível acompanhar a evolução da contrapartida para cada OG. O Anexo, Item 5.3, mostra os dados de contrapartida para o período de 2011 a 2015 desconsiderando, porém, que houve incremento de área protegida ano a ano para cada OG. Desta forma, cabe uma análise relativa considerando o aporte por área (R\$/hectare) para cada OG no período analisado, o que pode ser visto nas Figura 2 e Figura 3:

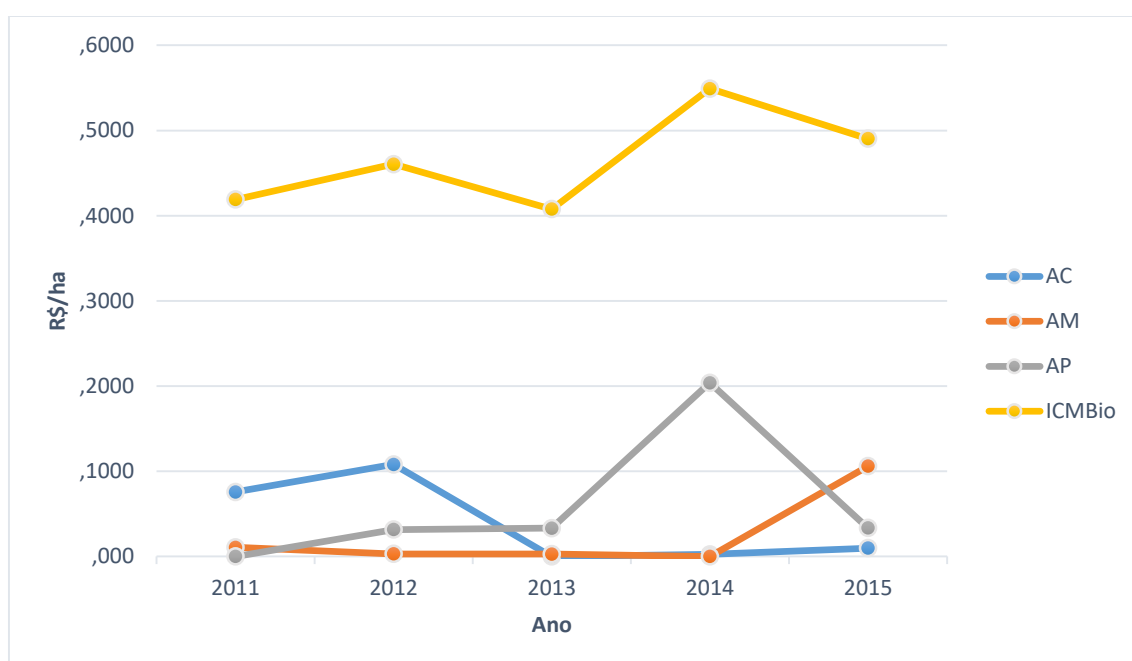


Figura 2 - Aporte não salarial dos OG por área **menor** que 1 R\$/ha no período de 2011 a 2015

A primeira figura mostra a contrapartida não salarial alocada em cada OG por hectare para UCs que aportaram menos de R\$ 1,00/ha. O ICMBio tem contrapartida, em média, de R\$ 0,46/ha. Nota-se que esse valor caiu entre 2014 e 2015 de R\$ 0,55/ha para R\$ 0,49/ha. Os outros OGs apresentam contrapartida com valores abaixo de R\$ 0,20/ha, com aumento visível apenas para o AM.

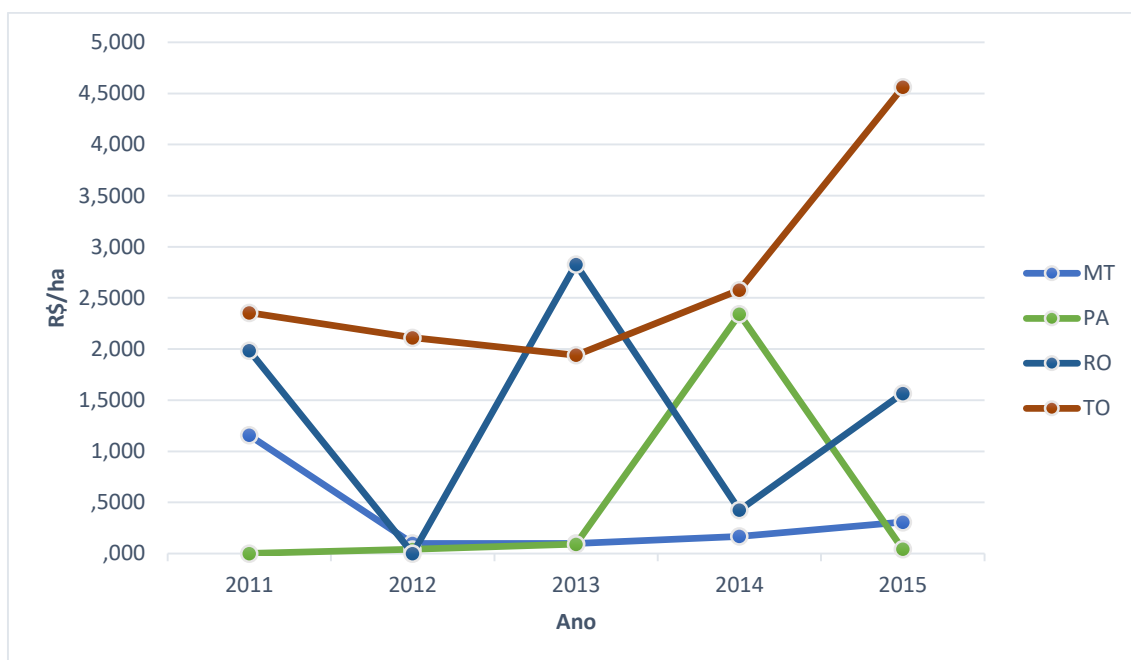


Figura 3 - Aporte não salarial dos OG por área **maior** que 1 R\$/ha no período de 2011 a 2015

Em seguida, são analisados os aportes por hectare das UCs com contrapartida maior que R\$ 1,00/ha em pelo menos um ano do período avaliado. Verifica-se que o OG dedica recursos crescentes à UC do Tocantins participante do Programa desde 2013, alcançando o maior valor entre todos os OGs (R\$ 4,56/ha). MT apresentou valor maior que R\$ 1,00/ha apenas em 2011 e, desde então, apresenta valores abaixo de R\$ 0,50/ha com aumento de apenas R\$ 0,21/ha entre 2012 e 2015. O OG de RO vem oscilando os valores de contrapartida relativo à área de suas UCs ano a ano, atingindo o valor de R\$ 1,56/ha aportado. Por fim, o OG do PA tem grande pico de aporte em 2014, que se deve ao fato de, naquele ano, as UCs do Programa ARPA terem contado com recursos de compensação.

Além da análise anterior e, apesar da necessidade de incremento na contrapartida apenas ser contabilizada em 2017 com os dados de 2016, é possível comparar a contrapartida executada em 2015 com o previsto em 2016 para as UCs Fase III (Tabela 7), que já acessam recursos do FT, e com a meta para 2039, incluindo todas as UCs Programa (Tabela 8), segundo dados do Modelo de Custos⁵.

⁵ Inserir referência modelo de custos ou relatório E

Tabela 7 - Contrapartida por OG entre 2014 e 2015, previstos em 2016 e relação 2015/2016 para as 35 UCs Fase III

OG	2014	2015	2016 - Previsão Nominal	Relação 2015/Previsão 2016
AM	R\$ -	R\$ 310.331,95	R\$ 156.225,88	199%
ICMBio	R\$ 1.664.952,23	R\$ 6.110.600,76	R\$ 6.154.041,00	99%
RO	R\$ -	R\$ 438.500,00	R\$ 512.304,48	86%
TO	R\$ 258.741,58	R\$ 457.936,29	R\$ 277.525,55	165%
Futuras UCs	R\$ -	R\$ -	R\$ 59.920,33	0%
Total	R\$ 1.923.693,81	R\$ 7.317.369,00	R\$ 7.160.017,24	103%

Na tabela anterior, é possível verificar que ainda em 2015 já foi possível alcançar, no total, 103% da contrapartida prevista para 2016 segundo modelo de custos, com destaque para a execução maior que o previsto para 2016 nos OGs do AM e TO, além da contrapartida de quase 100% do ICMBio em relação ao mesmo ano.

Tabela 8 - Custos por OG entre 2014 e 2015, previstos em 2039 (sem inflação) e relação 2015/2039 para todas as UCs do Programa

OG	2015	Meta 2039	Relação 2015/Meta 2039	Necessidade de evolução anual até 2039
AC	R\$ 6.814,73	R\$ 874.618,77	1%	4,13%
AM	R\$ 1.169.137,00	R\$ 10.509.429,71	11%	3,70%
AP	R\$ 29.188,22	R\$ 520.481,91	6%	3,93%
ICMBio	R\$ 15.778.142,44	R\$ 40.809.328,71	39%	2,56%
MT	R\$ 269.081,16	R\$ 3.555.450,69	8%	3,85%
PA	R\$ 227.379,53	R\$ 1.784.486,68	13%	3,64%
RO	R\$ 1.500.900,00	R\$ 4.107.379,70	37%	2,64%
TO	R\$ 457.936,29	R\$ 709.570,18	65%	1,48%
Outras UCs	R\$ -	R\$ 1.438.087,87	0%	4,17%
Total	R\$ 19.438.579,37	R\$ 64.308.834,22	31%	2,91%

Já a Tabela 8 mostra o quanto já foi aportado pelos OGs em relação à meta de 2039, quando o FT se extingue e as UCs passam a contar apenas com recursos de contrapartida. Desses dados, é possível fazer uma projeção do valor relativo (em %) que cada OG precisa aumentar anualmente para cumprir com a meta até 2039. Verifica-se que, apesar de o FT ter feitos seus primeiros aportes em fins de 2014, os OGs do RO e TO, além do ICMBio, já apresentavam contrapartida superior a 30% para as suas UCs participantes do Programa. Desta forma, essa análise oferece um panorama inicial do aporte para esta

contrapartida, cuja avaliação será iniciada no próximo exercício orçamentário dos OG.

3.10 PERFORMANCE DE CONSOLIDAÇÃO

A condição de Performance de Consolidação avalia a porcentagem do total agregado da meta de consolidação alcançada pelas UCs, excluindo-se o nível de pessoal, conforme especificado no Plano de Consolidação por OG.

A consolidação de todas as UCs no Programa ARPA é esperada até 2019, de acordo com seus Planos de Consolidação. Até 2016, era esperado que 9 UCs se consolidassem, enquanto que as outras teriam suas consolidações efetivadas ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019 (Figura 4).

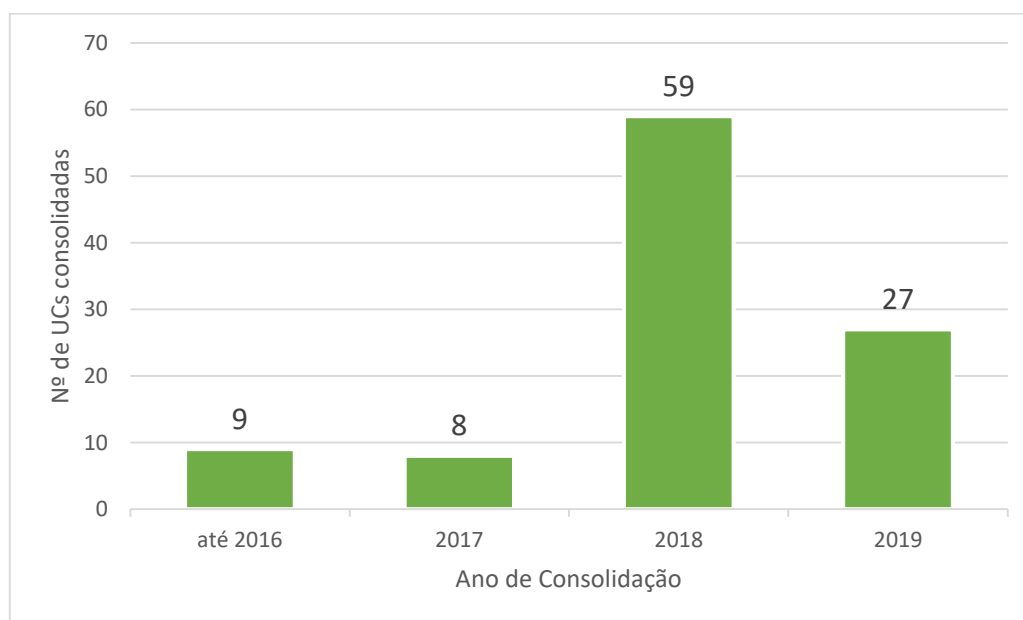


Figura 4 - Previsão de quantidade de UCs consolidadas por período

Até o momento, as condições de desembolso para performance de consolidação foram cumpridas, uma vez que 16 UCs já se consolidaram até o ano de 2016 (Anexo – Item 5.4), valor 56,25% maior que a meta para o ano. Já a consolidação por órgão gestor é observada na Figura 5:

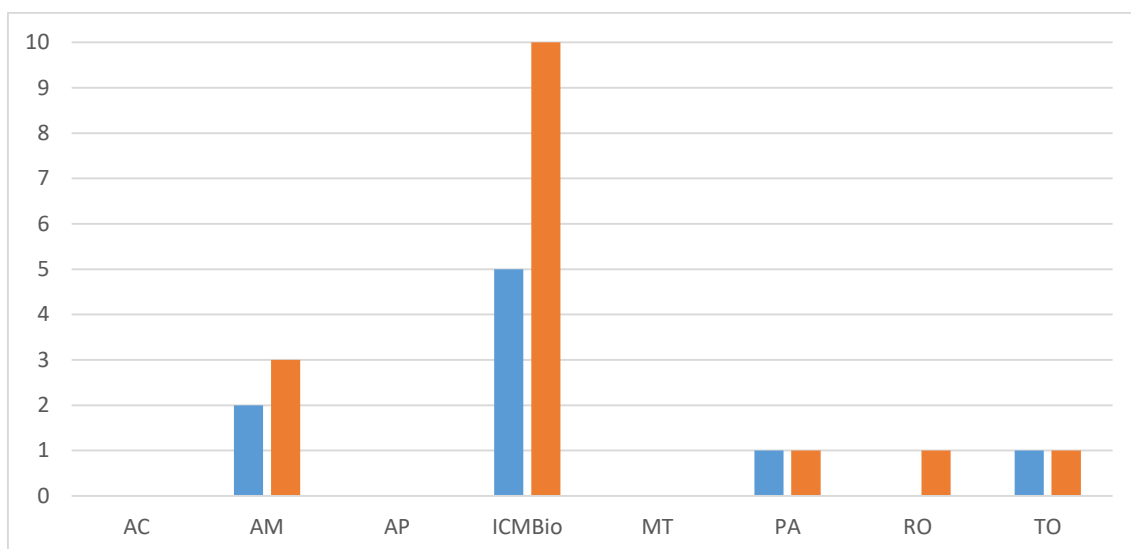


Figura 5 - Quantidade de UCs consolidadas por OG

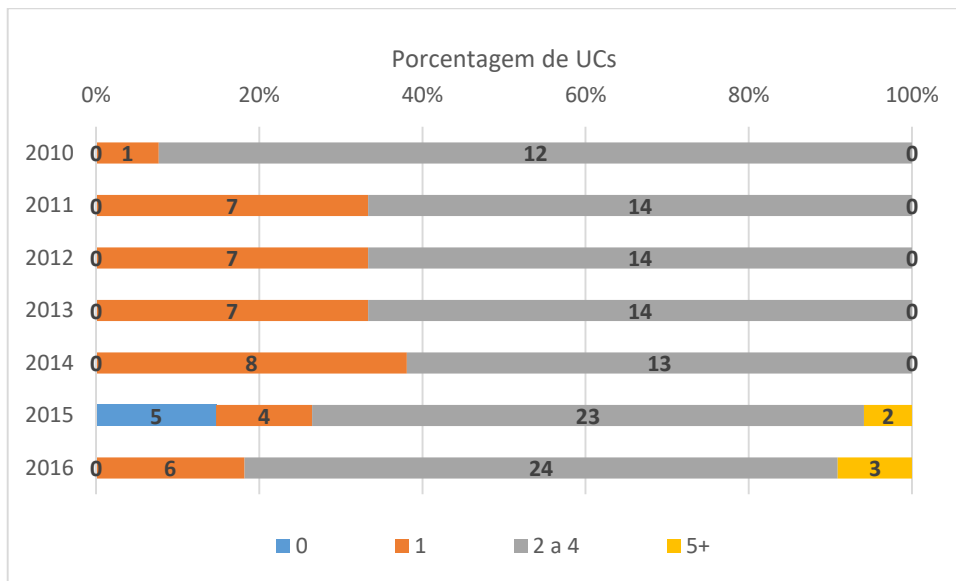
Observa-se que houve consolidação de uma UC a mais que o esperado do OG do Amazonas e Rondônia, bem como 5 UCs a mais sob gestão do ICMBio. Os outros OG comportaram-se como o esperado, com Pará e Tocantins consolidando uma UC cada, além de Acre, Amapá e Mato Grosso que não planejavam consolidação de UCs até 2016.

3.11 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

Nesta Condição de Desembolso, avalia-se a porcentagem das UCs que atingiram sua meta pessoal, conforme especificado nos planos de consolidação de cada OG. Apesar de o MR Equipe técnica não ter relação com componentes do Programa ARPA para fins de aporte dos recursos pelo FT, a análise de evolução desse marco é imprescindível, visto que diversas atividades de consolidação dependem de maior alocação de recursos humanos pelos OG, fato que é corroborado ao se analisar as evidências objetivas de cada UC quanto à deficiência de pessoal e conseqüente problemas na gestão da UC.

O gráfico da Figura 6 a seguir mostra evolução de pessoal lotado nas UCs Grau I desde 2010, quando se iniciou a Fase II do Programa ARPA:

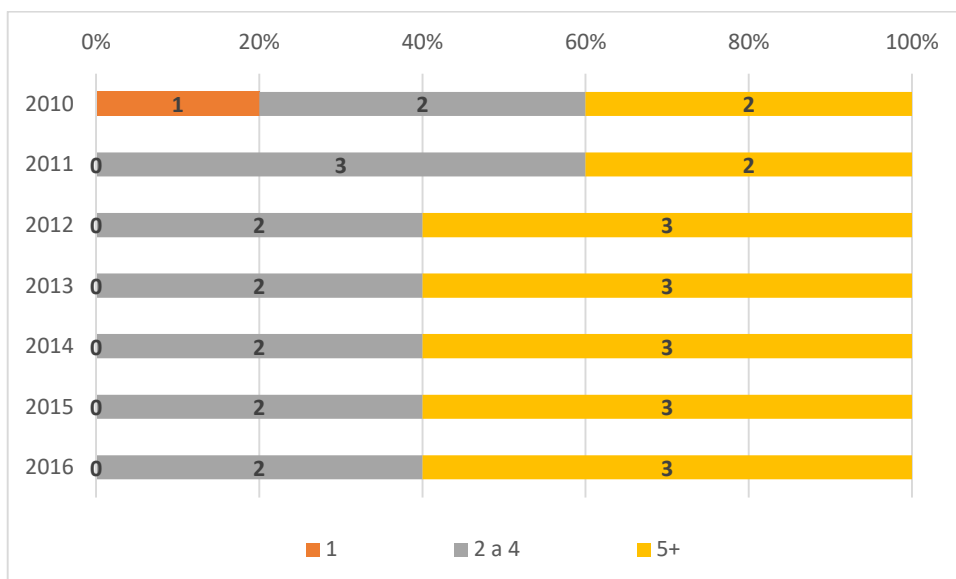
Figura 6 - Evolução anual das equipes por Quantidade de UCs Grau I



Os dados mostram que a porcentagem de UCs com 2 ou mais funcionários na equipe gestora vem aumentando desde 2014, passando dos 80% em 2016. A imagem ainda ilustra que o número de UCs com 5 ou mais funcionários aumentou no mesmo período, com 3 UCs apresentando esse cenário em 2016.

Para análise da equipe técnica das UCs Grau II, o gráfico da Figura 7 abaixo foi elaborado:

Figura 7 - Evolução anual das equipes por Quantidade de UCs Grau II



Os dados mostram que não há UCs sem funcionários alocados na equipe gestora, o que se explica dada a estruturação maior das UCs Grau II no

Programa. Também se verifica que, desde 2012, há 2 UCs com 2 a 4 funcionários e 3 UCs com mais de 5 funcionários. A Tabela 9 mostra o cumprimento das metas de Equipe Técnica para cada OG de acordo com os Planos de Consolidação:

Tabela 9 - Nº de UCs que cumpriram o planejamento do MR Equipe Técnica – somente OG que contém dados

OG	Cumpriu	Não cumpriu	Total de UCs
AC	1	0	1
AM	17	1	18
AP	1	0	1
MT	7	0	7
PA	3	0	3
RO	7	0	7
		Total	37

De acordo com os dados da FAUC 2016, apenas uma UC (RDS Mamirauá/AM) não cumpriu o planejado quanto à alocação de equipe técnica, visto que essa UC não possui equipe técnica alocada. No entanto, ela deveria conter, segundo Plano de Consolidação, 1 funcionário alocado na Unidade em 2016.

É importante lembrar que o número de UCs analisadas é menor visto que o ICMBio não enviou os Planos de Consolidação para o MR de Equipe Técnica até o momento de finalização deste relatório⁶. Além desse OG, a RESEX do Rio Pacaás Novos (RO) também não enviou tais informações e será necessário consultar o OG/RO para verificar o motivo e solucionar a pendência. Apesar do cumprimento de metas, diversas UCs, sobretudo aquelas sob gestão do ICMBio, apresentam nas evidências objetivas problemas relacionados à falta de pessoal para a realização de atividades mínimas de gestão. Esses relatos podem ser encontrados no item 5.5 anexo. Portanto, é imprescindível que este OG forneça os dados de planejamento de equipe técnica de modo a tirar conclusões sobre a realidade observada dentro de cada UC.

⁶ Houve solicitação desses dados ao ICMBio por Ofício nº 143/2016/DAP/SBF/MMA, em 21 de outubro de 2016, porém não houve resposta do Órgão até a data de entrega deste relatório.

4 QUADRO RESUMIDO DAS CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO

A partir das informações detalhadas das Condições de Desembolso foi possível elaborar o quadro resumido, a seguir:

Nº	Condição de Desembolso	Descrição	Resultados	Status de Cumprimento
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	Avaliação pelo CFT de alterações efetuadas no Módulo 1 do MOP.	<ul style="list-style-type: none"> Últimas atualizações realizadas em outubro de 2015; Atualizações estão de acordo com Objetivo ARPA e o objetivo do FT. 	Cumpriu
2	Inexistência de perda líquida de UCs	Hectares líquidos (diferença entre criação e desafetação) no ARPA, e (em caso de substituição) hectares líquidos de UCs na Amazônia Brasileira	<ul style="list-style-type: none"> Houve ganho líquido de 7.181.641 ha desde 2013; 98,66% da meta de 60 Mi ha foi alcançada com 59.199.521 ha protegidos pelo programa. 	Cumpriu
3	Relatórios Financeiros por UC	A partir de 2016, cada OG produz um relatório anual com todas as fontes de recursos utilizados em cada UC.	<ul style="list-style-type: none"> Todos os OG enviaram Contrapartida Governamental de 2015; Contratação de consultoria de apoio financeiro aos OG efetuada e previsão de início ainda em 2016; 	Cumpriu
4	Apresentação dos Planos de Consolidação	Cada OG, além do ICMBio, desenvolve e segue um plano de consolidação plurianual até 2020, incluindo metas por UC (essas não precisam ter detalhes por subprojeto).	<ul style="list-style-type: none"> Todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA possuem um Plano de Consolidação elaborado pelos seus OG, com a finalidade de alcançar a consolidação até dezembro de 2019. 	Cumpriu
5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	CFT determina se o Governo Federal requereu doações e desempenhou seus melhores esforços para garantir a captação desses recursos adicionais em prazos razoáveis.	<ul style="list-style-type: none"> KFW (€31 milhões) – acordo em separado assinado e publicado; GEF (US\$ 30 milhões) – PAD em elaboração; BNDES (R\$ 80 milhões) – FUNBIO e MMA preparam nova proposta de Projeto ao Fundo Amazônia. 	Cumpriu
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	ICMBio efetivamente recebe e executa, e 2014, um orçamento de R\$ 17,6 Mi para despesas não-salariais do ARPA	<ul style="list-style-type: none"> Houve contrapartida de R\$ 17.667.674,34 em 2014. 	Cumpriu
7	Implementação do Monitoramento da Biodiversidade	Para as UCs federais: o monitoramento da conservação da biodiversidade é implementado de acordo com as metas do planejamento do ICMBio, e a compatibilidade entre os	<ul style="list-style-type: none"> Em 2014, 12 UCs iniciaram implementação de protocolo de monitoramento; 	Cumpriu

		protocolos adotados por ICMBio para as UCs da Amazônia e os protocolos aprovados pelo Programa ARPA. Para os estados: até 2015, as metas de monitoramento da conservação da biodiversidade são apresentadas para todas as UCs de Grau II apoiadas pelo Programa ARPA, Para MMA: Plano para a compilação anual atualizada de informações sobre cobertura florestal em 2016, e apresentação de informações anualmente.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2014, todas as UCs Estaduais apresentaram plano final para estabelecimento de monitoramento. Das 39 UCs Estaduais, 24 possuem alguma previsão de implantação de Monitoramento da Biodiversidade entre os anos de 2017 a 2019. ▪ Dados sobre área desmatada em UCs do ARPA: <ul style="list-style-type: none"> ○ PI: aumento de 240% (45,68 km²); ○ US: aumento de 45% (68,93 km²); ○ Total: 114,62 km² 	
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	Área de UC oficialmente criada a partir de 1/1/2014 no âmbito do Programa ARPA (dos 5 tipos de UCs destacados no MOP), inclusive instrumento legal (decreto ou lei). 2014: 1M ha; 2015: +2M ha; 2016: +3M ha; 2017 e depois: conforme plano de consolidação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Houve alcance de 34% da meta de criação até o momento, equivalente a 2.045.218 ha. 	Cumpriu 34% da meta
9	Aumento dos recursos Financeiros não-salariais	Valor em reais executados pelos Órgãos Gestores e porcentagem da meta.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ OG do AC aumentou recursos de R\$ 1.645,00, em 2014, para R\$ 227.379,53, em 2015, equivalente a um aumento de execução de 138 vezes, porém execução ainda é baixa; ▪ OG do MT aumento recursos de R\$ 147.265,71, em 2014, para R\$ 1.169.046,00, em 2015, equivalente a um aumento de execução de 7,93 vezes; ▪ OG do TO teve aumento de 4% na execução do período, estando o aporte praticamente estável nos últimos anos analisados; ▪ Os OG do AP, RO e PA reduziram seus aportes em 83,60%, 11,86% e 88,13%, respectivamente; ▪ Valor aportado pelo OG do AM é ínfimo considerando a área de UCs no Programa (12,5 Mi ha); 	AC, MT e TO cumpriram AP, RO e PA não cumpriram
10	Performance de consolidação	% do total agregado da meta de consolidação alcançada pelas UCs (excluindo o nível de pessoal), conforme especificado no plano de consolidação por OG.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 16 UCs já se consolidaram até o ano de 2016, 7 a mais que a meta para o período, que era de 9 UCs; 	Todos os OGs Cumpriram

11	Número de Funcionários	% das UCs que atingiram sua meta de pessoal, conforme especificado nos planos de consolidação de cada OG.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Das 37 UCs com Plano de Consolidação para o MR de Equipe Técnica, 36 (97,3%) cumpriram com o planejado para 2016; ▪ A RDS Mamirauá (OG/AM) não cumpriu com Plano de Consolidação em 2016 sem dar motivo aparente para tal na evidência objetiva; ▪ Os Planos de Consolidação das UCs do ICMBio e da RESEX do Rio Pacaás Novos (OG/RO) ainda não foram enviados pelos OG e, portanto, não foi possível realizar a análise para esses casos. 	<p>Cumpriu em 97,3% das UCs com dados;</p> <p>Cumpriu em 31,5% das UCs, com ou sem dados.</p>
----	------------------------	---	---	---

5 ANEXOS

5.1 FÓRMULA PARA APLICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO

$$\text{Volume final por OG} = Vi \times Imop \times Ipl \times Irf \times Ipc \times Ipm \times [(pc \times Ic) + (pICMBio \times IICMBio) + (pmon \times Imon) + (prf \times Irf) + (ppc \times Ipc) + (pfun \times Ifun)]$$

Onde:

- **Vi** = valor inicial projetado para o período para cada Órgão Gestor;
 - **Imop** = indicador de manutenção dos objetivos do Fundo de Transição e o MOP, conforme análise de cada mudança realizada (1=mantêm objetivos e 0=não mantêm objetivos);
 - **Ipl** = indicador de perda líquida (1=sem perda líquida e 0=com perda líquida) para o Arpa;
 - **Irf** = indicador de relatório financeiro (1=realizado e 0=não realizados) por Órgão Gestor;
 - **Ipc** = indicador de plano de consolidação (1=realizado e 0=não realizados) por Órgão Gestor;
 - **Ipm** = indicador da pedida do MMA (1=realizado e 0=não realizado) para o Arpa;
 - **p** = peso de cada indicador que não é uma pré-condição (somatório de todos os “p” = 100%);
 - **IICMBio** = indicador do aumento do orçamento do ICMBio para 2014 (varia de 1 =100% do aumento estipulado, a 0 = manutenção do orçamento atual, ou seja, sem aumento);
 - **Imon** = indicador de monitoramento por Órgão Gestor (varia de 1 a 0, conforme decisão do CFT);
 - **Ic** = indicador de criação de novas UCs (varia de 1 a 0 em relação a meta estipulada);
 - **Irf** = indicador de aumento dos recursos financeiros no período conforme estipulado no período por Órgão Gestor (varia de 1=meta alcançada a 0=manutenção do nível anterior);
 - **Ipc** = indicador de performance de consolidação por Órgão Gestor (varia de 1=metas alcançadas a 0=manutenção dos níveis anteriores de consolidação);
- e

- ***Ifun*** = indicador do número de funcionários das UCs por Órgão Gestor (varia de 1 a 0 em proporção ao nível de alcance das metas estabelecidas).

5.2 DADOS SOBRE DESMATAMENTO ENTRE 2002 E 2015 NAS UCs APOIADAS PELO PROGRAMA ARPA

Legenda de Variações:

Vermelho = aumento do desmatamento;

Verde = diminuição do desmatamento;

N/D = não disponível;

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PI	249,14	381,28	449,56	236,2	81,26	74,5	85,95	41,86	38,16	22,86	16,614	20,96	13,435	45,683
US	90,6	369,02	197,06	159,16	55,18	54,6	82,38	54,25	78,81	53,69	46,329	52,64	47,609	68,939
Total	339,74	750,3	646,62	395,36	136,44	129,1	168,33	96,11	116,97	76,55	62,943	73,6	61,044	114,622
Variação em relação ao ano anterior	N/D	121%	-14%	-39%	-65%	-5%	30%	-43%	22%	-35%	-18%	17%	-17%	88%

5.3 CONTRAPARTIDA GOVERNAMENTAL

OG	2011	2012	2013	2014	2015	Evolução Percentual	Total contrapartida não salarial
	Contrapartida não salarial	Contrapartida não salarial	Contrapartida não salarial	Contrapartida não salarial	Contrapartida não salarial		
AC*	R\$ 52.553,74	R\$ 75.002,19	R\$ -	R\$ 1.645,00	R\$ 6.814,73	314,27	R\$ 136.015,66
AM*	R\$ 38.994,00	R\$ 33.454,05	R\$ 30.457,70		R\$ 1.169.137,00	N/D	R\$ 1.272.042,75
AP	R\$ 408.063,44	R\$ 27.503,19	R\$ 29.088,58	R\$ 178.003,36	R\$ 29.188,22	-83,60	R\$ 671.846,79
ICMBio	R\$ 11.345.239,50	R\$ 14.815.096,90	R\$ 13.119.242,64	R\$ 17.667.674,34	R\$ 15.778.142,44	-10,69	R\$ 72.725.395,82
MT	R\$ 556.236,60	R\$ 86.160,31	R\$ 86.160,31	R\$ 147.265,71	R\$ 269.081,16	82,72	R\$ 1.144.904,09
PA***	-	R\$ 224.297,81	R\$ 491.721,04	R\$ 12.645.520,35	R\$ 227.379,53	-98,20	R\$ 13.588.918,73
RO**	R\$ 1.419.080,00		R\$ 2.709.800,00	R\$ 406.461,19	R\$ 1.500.900,00	269,26	R\$ 6.036.241,19
TO	R\$ 236.486,96	R\$ 211.958,41	R\$ 194.839,20	R\$ 258.741,58	R\$ 457.936,29	76,99	R\$ 1.359.962,44
Total	R\$ 14.056.654,24	R\$ 15.473.472,86	R\$ 16.661.309,47	R\$ 31.305.311,53	R\$ 19.438.579,37	-37,91	R\$ 96.935.327,47

* Somente houve contrapartida salarial para o AC em 2013 e para o AM em 2014

** O estado não forneceu as contrapartidas para o ano de 2012, apesar das solicitações

*** As Unidades do estado receberam apoio a partir de 2011, portanto, as contrapartidas apenas foram informadas a partir de 2012. O valor de 2014 considera valores de compensação que aumentaram consideravelmente a contrapartida, mas que não foram aportados em 2015.

5.4 UCs CONSOLIDADAS ATÉ 2016

Nº	CNUC	Grau	OG	Unidade de Conservação	Área (ha)
1	149	I	ICMBio	PARNA Serra do Divisor	842.735,52
2	188	I	ICMBio	PARNA Serra da Cutia	283.611,70
3	208	II	ICMBio	REBIO do Jaru	328.150,00
4	218	I	ICMBio	RDS Itatupã	64.735,00
5	221	I	ICMBio	RESEX Barreiro das Antas	107.234,26
6	239	I	ICMBio	RESEX Rio Jutaí	275.532,88
7	279	I	ICMBio	RESEX de Cururupu	185.046,59
8	281	I	ICMBio	PARNA Juruena	1.957.000,00
9	283	I	ICMBio	RESEX Rio Unini	833.352,25
10	285	I	ICMBio	RESEX Arapixi	133.637,23
11	775	I	RO	RESEX estadual Rio Cautário	146.400,00
12	988	I	AM	RDS Rio Amapá	214.132,53
13	1004	I	AM	Mosaico do Apuí	1.368.970,00
14	1021	I	PA	PE Serra Dos Martírios/Andorinhas	24.897,00
15	1487	II	TO	PE do Cantão	100.413,08
16	1732	I	AM	RDS Igapó-Açu	397.557,00
Total					6.834.841,95

5.5 UCs COM DEFASAGEM DE EQUIPE TÉCNICA SEGUNDO EVIDÊNCIA OBJETIVA – FAUC

5.5.1 Fase II

ESEC Jari

- Grau I
- OG – ICMBio
- UF – Pará, Amapá
- Área (ha) – 231 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- Um dos maiores problemas da UC é a carência de pessoal, que conta atualmente com apenas um auxiliar administrativo e a chefia cedido de outro órgão. Para executar as atividades inerentes da UC, portanto, faz-se necessário concurso público para sanar tal problemática.

PARNA Serra do Pardo

- Grau II
- OG – ICMBio
- UF – Pará
- Área (ha) – 445,4 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- Atualmente, a equipe gestora conta com dois funcionários lotados em Altamira/PA, que ainda se mostra insuficiente para a execução das atividades e atendimento das principais demandas, considerando o tamanho e complexidade da unidade, além da dificuldade de acesso à mesma (1,5 dia de voadeira).

PARNA Montanhas do Tumucumaque

- Grau II
- OG – ICMBio
- UF – Amapá
- Área (ha) – 3,86 milhões

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- A UC conta com 02 analistas ambientais, sendo que nenhum deles reside nos municípios de entorno do parque. O quantitativo é insuficiente para dar conta das demandas de gestão da UC.

RESEX Cazumbá-Iracema

- Grau II
- OG – ICMBio
- UF – Acre
- Área (ha) – 755 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- Do ICMBio, existem (sic) somente 1 servidor lotado na unidade. Também compõem a equipe 1 servidor do Estado e 1 servidor do Município, cedidos para auxiliar nos trabalhos de gestão da

reserva. Há necessidade urgente de lotação de novos servidores na UC.

RESEX do Rio Cautário

- Grau I
- OG – ICMBio
- UF – Rondônia
- Área (ha) – 75,1 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- A UC possui 02 servidores atualmente e em 2014 já teve 04 servidores. A falta de servidores atualmente dificulta significativamente a execução das atividades planejadas, além de pontuar as demandas emergenciais que surgem ao longo dos anos.

RESEX Rio Ouro Preto

- Grau II
- OG – ICMBio
- UF – Rondônia
- Área (ha) – 204,6 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- A UC conta somente com o gestor para todas as suas atividades e necessita de um número maior de servidores.

RESEX Rio Iriri

- Grau II
- OG – ICMBio
- UF – Pará
- Área (ha) – 399 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- A gestão conta com dois funcionários um das (sic) e outro concursado. Porém apenas o chefe da Unidade trabalha exclusivamente na gestão, pois o técnico lotado esta como Ponto Focal de proteção das demais quatro UC.

5.5.2 Fase III

REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo

- Grau I
- OG – ICMBio
- UF - Pará
- Área (ha) – 342,2 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- *A situação de recursos humanos para trabalhar na gestão da UC é preocupante. Os 02 servidores lotados na UC em 2014-15 foram removidos, passaram a ter seu exercício em outra UC, fora do NGI de Itaituba. Atualmente, temos uma servidora em exercício na UC (com uma FG), mas que atende à (sic) todas as demandas de SIBIO e uso público das UC do NGI de Itaituba (12 UC ao todo). Além desta servidora, há apenas o chefe da UC. O que tem garantido a manutenção das agendas (d)a REBIO tem sido o funcionamento em NGI, que permite que servidores lotados nas outras 11 UC atendam também às necessidades da UC. Outra dificuldade é que a sede administrativa da UC fica em Itaituba, a 600 km dos limites da UC, embora tenha sido solicitada, várias vezes, através de notas técnicas, memorandos, e-mails, a transferência de sede para Garantã do Norte (MT) ou Sinop (MT). Esta é uma demanda antiga, desde 2009, entretanto, o ICMBio alega que não tem recursos financeiros para manter uma outra sede administrativa na região.*

RESEX Rio Xingu

- Grau II
- OG – ICMBio

- UF - Pará
- Área (ha) – 303 mil

Evidência objetiva da UC relacionada ao Marco Referencial de Equipe Técnica:

- *A UC conta atualmente com 2 servidores efetivos do quadro do Instituto, sendo (que) o chefe é lotado na FLONA de Itaituba I, com sede administrativa em Itaituba-PA, mas está em exercício da função na RESEX Rio Xingu. Apenas uma servidora é lotada de fato na UC e esta é ponto focal de regularização fundiária no "NGI" Altamira. Com isso, a gestão fica prejudicada e necessitando de apoio constante de colaboradores eventuais.*